É TEMPO DE

DERROTAR O NEOLIBERALISMO E DEFENDER O SERVIÇO PÚBLICO!

A esperança TÁ NA RUA

CAMPANHA SALARIAL NACIONAL UNIFICADA 2020

CONFETAM CUT
CONFEDERAÇÃO DOS(AS) TRABALHADORES(AS) NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL

FEDERAÇÕES
E SINDICATOS
FILIADOS

folder.indd 1 17/12/2019 18:37:23

CAMPANHA SALARIAL
NACIONAL UNIFICADA 2020
DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

A esperança TÁ NA RUA

EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO:
CONFETAM

EDIÇÃO:
Déborah Lima – Jornalista
MTE 1003/CE

PLANEJAMENTO VISUAL:
MANDALLA COMUNICAÇÃO

Direção de Arte:
Sâmila Braga

Criação e Ilustração:
Gustavo Rodrigues

folder.indd 2 17/12/2019 18:37:26

folder.indd 3 17/12/2019 18:37:26

SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE

Mais novo alvo dos ataques do desgoverno Bolsonaro, os serviços públicos oferecidos por prefeituras, governos estaduais e federal estão em risco. Os direitos do povo e dos trabalhadores das três esferas de governo são atacados pelo Pacote de Maldades encaminhado pelo Executivo ao Congresso. Composto por três Propostas de Emenda à Constituição (PECs 186, 187 e 188), o pacote aprofunda o desmonte do Estado, iniciado com a aprovação da Emenda Constitucional (EC) 95 que congelou por 20 anos os gastos públicos no país. Caso as despesas correntes de estados e municípios superem 95% das receitas, o Pacotaço de Bolsonaro autoriza a redução de 25% dos salários e da jornada dos servidores, proíbe reajustes salariais, concursos públicos, criação de cargos, novas contratações, aumento de auxílios, promoções, reestruturação de carreiras, pagamento do plano de cargos, reajuste de benefícios, e prevê o fim da estabilidade dos concursados, entre outras perversidades. O alegado "aperto fiscal" virou desculpa para a destruição do Estado de bem-estar social assegurado na Constituição Federal de 1988. Na Campanha Salarial 2020 dos Servidores Municipais, a luta contra a diminuição do Estado e em defesa do serviço público, universal e de qualidade se impõe como eixo central da pauta de reivindicações da categoria.

folder.indd 4 17/12/2019 18:37:28

VALORIZAÇÃO D@S SERVIDOR@S PÚBLICOS

A defesa da valorização das servidoras e dos servidores municipais também é pauta prioritária da Campanha Salarial 2020. A Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Confetam/CUT) convoca os sindicatos, as federações, os trabalhadores da base, as populações dos municípios e os movimentos sociais a levantarem juntos a bandeira da defesa do serviço público e dos seus servidores. Longe de ser um interesse corporativo, a defesa do serviço público e dos trabalhadores que o fazem funcionar é a defesa do direito da maioria esmagadora da população que depende exclusivamente dele para ter acesso à educação, saúde, previdência, assistência social, segurança e diversos direitos que serão transformados em mercadoria, caso o projeto fascista de Bolsonaro avance no Congresso.

folder.indd 5 17/12/2019 18:37:28

GARANTIA DA ESTABILIDADE

A estabilidade dos trabalhadores no serviço público pode estar com os dias contados. Garantido no Artigo 41 da Constituição (“São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público”), o direito está na mira do projeto neoliberal. Em entrevista, o presidente já explicou os planos dele para os servidores das prefeituras. “O prefeito faz concurso – se bem que quase todos estão no limite do gasto da Lei de Responsabilidade Fiscal -, faz qualquer contratação daqui pra frente, o outro prefeito, uma vez assumindo, ele pode, simplesmente, demitir essas pessoas”. Simples assim, talkey? Apontada como “privilégio”, a estabilidade do servidor estatutário é, na verdade, a garantia de condições mínimas de funcionamento do serviço público. Ela impede que o quadro de servidores seja mudado de quatro em quatro anos pelos prefeitos eleitos, que preferem contratar apadrinhados com “critérios próprios”. A estabilidade é uma segurança contra abuso de poder e pressões diversas de gestores contra servidores no exercício da função. Defendemos um serviço público sem interferências políticas ou de qualquer natureza que comprometam o livre acesso dos mais pobre a direitos fundamentais.

folder.indd 6 17/12/2019 18:37:29

CONCURSO PÚBLICO

O presidente anunciou a intenção de extinguir os concursos como critério de acesso ao quadro de pessoal de prefeituras, governos e União. Entre as medidas do Pacote de PECs, denominado de Plano Mais Brasil, está a suspensão de concursos públicos em caso de "emergência fiscal". A ideia é reduzir de 300 para no máximo 30 o número de carreiras no serviço público e evitar os concursos necessários à substituição de 127 mil servidores que se aposentarão. Defendemos a manutenção do concurso como critério transparente e democrático de acesso à função pública e rejeitamos a adoção de critérios de seleção que desrespeitem os direitos dos trabalhadores e ameacem o funcionamento dos serviços públicos no Brasil.

NEGOCIAÇÃO COLETIVA

A Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) assegura aos trabalhadores do serviço público o direito à negociação coletiva e à liberdade sindical. Ratificada pelo Congresso em 2010, a norma continua sendo violada nas três esferas, prática que valeu notificações da OIT ao governo brasileiro. Prefeitos desrespeitam direitos sindicais e a liberdade de organização dos servidores, cassam a liberação de dirigentes dos sindicatos e deixam de descontar a mensalidade sindical para asfixiar as entidades representativas dos trabalhadores, numa clara afronta à Convenção 151. A Constituição igualmente prevê a liberdade de organização, mas também não tem garantido o direito à livre negociação. Exigimos a observância da Carta Magna e da Convenção 151 de forma que seja estendido aos trabalhadores do serviço público o direito à negociação coletiva de trabalho, condição assegurada historicamente aos empregados da iniciativa privada.

folder.indd 7 17/12/2019 18:37:31

REAJUSTE SALARIAL

Janeiro é a data-base da maioria dos trabalhadores municipais brasileiros. Neste período, os sindicatos organizam as campanhas salarias da categoria em todo o país com o apoio das federações e da Confetam/CUT. Um dos principais itens da pauta de reivindicações este ano é o reajuste necessário para repor as perdas inflacionárias, acrescido de ganho real de 5%, percentual suficiente para aumentar o poder de compra dos salários de 2020 em relação a 2019. Levando em consideração que a previsão do INPC para a data-base de 1º de janeiro de 2020 é de 3,24%, e somando a este índice um ganho real de 5%, o Dieese chegou ao percentual de 8,45%, reajuste pleiteado nesta Campanha Salarial.

DEFESA DO FUNDEB

Ganha força no Congresso a pressão por um novo regramento para o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação), cuja vigência encerra em 31 de dezembro de 2020. Entidades exigem dos parlamentares a regulamentação do Novo Fundeb com o objetivo de institucionalizar o fundo de forma permanente e de ampliar os recursos destinados às escolas públicas. Defendemos a aprovação da PEC 15/2015 que transforma o Fundeb num instrumento permanente de financiamento da educação e de garantia de um maior aporte de verbas da União. A PEC determina a ampliação da participação do governo federal no Fundo dos atuais 10% da arrecadação para 15% em 2021, chegando a 40% em 2031. Caso o desgoverno não renove a validade do Fundeb, a previsão é de que os recursos federais para o ensino básico zerem a partir de 2021. Defendemos o Fundeb como política de Estado e a implementação plena do Custo Aluno Qualidade (CAQ), dispositivo que calcula o financiamento necessário por estudante para a melhoria da qualidade da educação no país.

folder.indd 8 17/12/2019 18:37:32

SOBERANIA NACIONAL

Lançada em Brasília com a presença da presidenta deposta Dilma Housseff e de dirigentes da Confetam/CUT, a Frente Parlamentar e Popular em Defesa da Soberania Nacional protagonizou, em 5 de setembro, a retomada da luta em defesa da soberania nacional. Vilipendiada pelo desgoverno Bolsonaro, que anuncia a privatização de empresas públicas e a dilapidação das riquezas do povo, nossa soberania é alvo do presidente-militar-entreguista. Além de bater continência para a bandeira dos EUA, Bolsonaro incentiva o genocídio dos povos originários, a invasão de seus territórios e a devastação da Amazônia. É necessário enfrentar o desmonte de setores estratégicos para o desenvolvimento do país, como energia, ciência, tecnologia e informação. Convocamos a categoria a lutar para impedir a entrega dessas áreas à exploração privada internacional que coloca em xeque a soberania da Nação brasileira e a responsabilidade do Estado de induzir o desenvolvimento econômico nacional.

folder.indd 9 17/12/2019 18:37:32

LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO

Os sindicatos têm sido o alvo preferencial de gestores públicos que lançam mão de práticas antissindicais para tentar enfraquecer a luta dos servidores. Práticas ilegais, como a suspensão do desconto em folha de contribuições sindicais, violação do direito de livre organização e ameaças à sustentação dos sindicatos, são usuais. O fortalecimento dos sindicatos, que enfrentam prefeitos truculentos e Câmaras comprometidas com os interesses do chefe do Executivo, é fundamental à sobrevivência da luta da categoria. Além de medidas legais contra o descumprimento da Constituição e da Convenção 151, também são necessárias medidas políticas para pressionar Executivo e Legislativo a observarem rigorosamente os dispositivos da Carta Magna e da OIT. Denunciamos os ataques ao movimento sindical como investidas diretas contra a democracia e defendemos a livre organização dos trabalhadores como um direito inalienável dos servidores públicos.

REVOGAÇÃO DA EC 95

O Plano Mais Brasil, apresentado por Bolsonaro ao Senado em 5 de novembro de 2019, agrava ainda mais os efeitos do congelamento dos investimentos públicos nas próximas duas décadas no país. Prevista na Emenda Constitucional (EC) nº 95, promulgada em 15 de dezembro de 2016, a limitação do crescimento das despesas da União à inflação foi uma das primeiras propostas aprovadas pelo desgoverno golpista de Michel Temer após a deposição de Dilma Rousseff. Três anos depois, o desgoverno Bolsonaro dá o segundo passo do golpe que minimiza o Estado, privatiza direitos e os transforma em mercadorias à venda. O Plano "Mais Brasil" deveria se chamar Menos Estado, Menos Direitos e Mais Lucros. A revogação da EC 95 continua como pauta prioritária, acrescida nesta Campanha Salarial 2020 da pressão sobre todos os parlamentares federais para que votem contra o Pacote de Maldades de Bolsonaro e possibilitem a retomada dos investimentos públicos pelo Estado.

folder.indd 10 17/12/2019 18:37:32

DEFESA DA PETROBRAS E DAS ESTATAIS

Junto à aprovação da EC 95, promulgada dois meses depois, a quebra do monopólio do pré-sal inaugurou um ciclo de ataques à classe trabalhadora sem precedentes na história do Brasil. Aprovado no Congresso em 5 de outubro de 2016, com o patrocínio dos mesmos financiadores da deposição de Dilma Rousseff, o projeto de lei 4.567/16, de autoria do senador tucano José Serra, acabou com a obrigatoriedade da Petrobrás de ser a única operadora do pré-sal no país. Definido como "passaporte para o futuro" - uma vez que o regime de partilha criado no governo Lula destinava 50% do lucro com os royalties à educação e à saúde públicas -, o pré-sal foi entregue criminosamente às petrolíferas internacionais como a Chevron, que atuou em conluio com José Serra para mudar as regras de exploração no Brasil. Razão primeira do golpe que depôs Dilma - a segunda foi o congelamento dos gastos públicos -, a quebra do monopólio da Petrobrás escancarou de vez os verdadeiros motivos do impeachment sem crime, da condenação de Lula sem provas e do impedimento da candidatura do petista, o que levou à vitória do presidente fascista. Aprofundando o projeto neoliberal de Temer, Bolsonaro anunciou a venda de 17 estatais, entre elas Petrobrás, Eletrobrás e Banco do Brasil. Juntas, as três empresas bateram recorde de R$ 52 bilhões de lucro líquido nos últimos nove meses, dinheiro que Bolsonaro planeja desviar da Nação brasileira para as contas dos barões da iniciativa privada. A defesa do fortalecimento de nossas empresas públicas como impulsionadoras do crescimento econômico, e a resistência à dilapidação do patrimônio nacional por um governo de militares entreguistas são eixos imperativos da Campanha Salarial 2020.

folder.indd 11 17/12/2019 18:37:34

DEFESA DO SUS E DO SUAS

A dimensão do impacto da EC 95 pode ser medida nas contas do SUS. Só nos dois primeiros anos de vigência, a EC retirou R$ 10 bilhões do Sistema de Saúde. Em cálculos grosseiros, é possível afirmar que o congelamento dos gastos com saúde pública vai gerar um prejuízo muito superior a R$ 100 bilhões em 20 anos, tempo de vigência da EC. De acordo com o Conselho Nacional de Saúde, o SUS, que já enfrentava um processo de subfinanciamento, se defronta agora com uma política de desfinanciamento. Um exemplo é a extinção do DPVAT pelo desgoverno Bolsonaro. Somente com o fim do Seguro, destinado à recuperação de vítimas de acidentes de trânsito, o SUS vai perder R$ 2 bilhões por ano, a partir de 2020. Segundo estudo publicado em 2017 na Revista de Saúde Pública da USP, os mais prejudicados pelo desfinanciamento são as mulheres, os negros e pessoas com ensino médio incompleto, principais usuários. O SUS, referência internacional que transformou a saúde pública no Brasil, agoniza diante do projeto da ultradireita. O congelamento de recursos públicos para políticas sociais também atinge o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A denúncia foi feita na Conferência Nacional Democrática de Assistência Social (CNDAS), realizada em novembro de 2019 com a participação de dirigentes da Confetam/CUT, dos sindicatos e das federações de servidores municipais. A CNDAS alertou que os avanços conquistados estão ameaçados num cenário em que a demanda só aumenta em função da ampliação da pobreza. Por violar flagrantemente direitos humanos, reafirmamos a necessidade da revogação da EC 95 para restabelecer o Estado Democrático de Direito e garantir financiamento público para a universalização da saúde e da assistência social no país.

folder.indd 12 17/12/2019 18:37:35

PLANO DE CARGOS, CARREIRA E SÁLARIOS

Criados para regular a evolução funcional e valorizar os servidores, os PCCS vêm sendo descumpridos. Enquanto alguns prefeitos os desrespeitam, outros tentam retirá-los, o que tem empurrado servidores municipais à greve. Os PCCS preveem diversos direitos, como progressão de carreira, gratificações por titulação, aposentadoria sem prejuízo dos vencimentos, evolução funcional por antiguidade, por avaliação de desempenho e pela formação contínua, entre outros. Única ferramenta capaz de disciplinar a carreira dos servidores, o PCCS incentiva o aperfeiçoamento dos trabalhadores ao promover uma progressão horizontal nas referências salariais do cargo que ocupa. Exigimos a observância e a melhoria, e reivindicamos a implantação do PCCS nos municípios onde não existem, possibilitando a construção de uma carreira digna, que reconheça o tempo de serviço e a capacitação dos servidores.

folder.indd 13 17/12/2019 18:37:36

NÃO ÀS REFORMAS NEOLIBERAIS

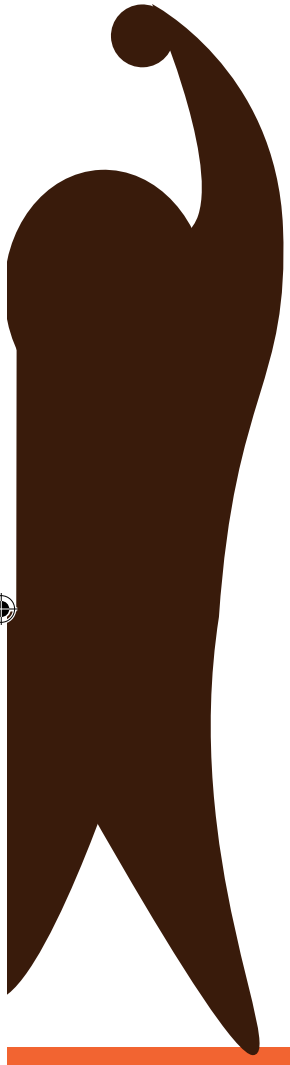
Depois de aprovadas as reformas trabalhista e da Previdência, que destroçaram os direitos previdenciários e trabalhistas, vem aí as reformas administrativa e sindical. Prevista para ser apresentada ao Congresso no início de 2020 e aprovada até o primeiro semestre, a reforma administrativa prevê o fim da estabilidade dos novos servidores, o aumento para 10 anos do estágio probatório para adquirir o direito, regimes "rígidos" de avaliação, o fim da progressão automática por tempo de serviço, a redução de 10% nos salários dos futuros contratados e a diminuição de 90% do número de carreiras do serviço público. Na ponta do lápis, seriam no mínimo 270 carreiras extintas. Bolsonaro também deve encaminhar ao Parlamento a reforma sindical. Em 30 de agosto de 2019, o desgoverno criou o Grupo de Altos Estudos do Trabalho para formular propostas ao projeto, que deve aprofundar ainda mais os impactos da reforma trabalhista de 2017. Em reunião com as centrais sindicais, em 17 de outubro de 2019, representantes do desgoverno deixaram claro qual é o próximo objetivo: o fim da unicidade sindical. A ideia é acabar com a previsão constitucional (Art. 8º da CF) de um único sindicato por categoria na mesma região e promover o pluralismo sindical, aumentando assim a pulverização de sindicatos, a fragilização do poder de negociação das entidades e a dificuldade de financiamento para a organização da luta dos trabalhadores. Dizemos NÃO às reformas neoliberais! Defendemos a revogação das reformas trabalhista e da Previdência, e conclamamos os municipais a lutarem contra as reformas administrativa e sindical para barrar o avanço do desmantelamento dos direitos dos trabalhadores.

folder.indd 14 17/12/2019 18:37:37

EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E DE QUALIDADE

Relatório divulgado em novembro de 2019 por comissão criada pela Câmara dos Deputados para acompanhar as ações do Ministério da Educação atestou a ineficiência e a total paralisia do MEC no primeiro ano do desgoverno Bolsonaro. Criada no mesmo mês em que as brigas internas no Ministério que levaram à substituição de Ricardo Vélez Rodríguez por Abraham Weintraub, a comissão produziu um documento que aponta uma lista de problemas de planejamento e gestão da pasta. A Comissão Externa de Acompanhamento do Ministério da Educação solicitou ao MEC 38 requerimentos de informação. A Comissão quer saber os motivos da não apresentação do Planejamento Estratégico de 2019, do atraso das metas do Plano Nacional de Educação e da inexistência de um plano de ação para atingi-las. O estudo confirma a política de desmonte da educação pública pelo desgoverno de ultradireita. Os servidores municipais lutam contra essa política destruidora do futuro do país, exigem a implementação do PNE, dos Planos Estaduais e Municipais de Educação , e a retomada dos investimentos públicos numa educação verdadeiramente emancipadora, laica e de qualidade.

folder.indd 15 17/12/2019 18:37:37



NÃO À REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Excluídos inicialmente dos impactos da reforma da Previdência, servidores de prefeituras poderão ser atingidos pela mudança das regras para a aposentadoria. Esse é o objetivo da PEC 1338 – PEC Paralela -, que permite municípios adotarem os mesmos critérios da União para aposentadoria de servidores. A condição é que prefeitos enviem leis ordinárias para aprovação das Câmaras Municipais. Os municípios que não o fizerem serão automaticamente incluídos, caso as Assembleias Legislativas dos respectivos estados aprovem as novas regras. Se recusarem, as prefeituras terão prazo de um ano para não aderir, por meio de lei municipal, desde que o período da aprovação não coincida com os seis meses que antecedem o fim do mandato do prefeito. Atualmente os municípios têm autonomia para definir o regime de Previdência Municipal. Aprovada pelo Senado em 20 de novembro de 2019, a PEC Paralela tramita agora na Câmara dos Deputados. A reforma da Previdência prejudicou os trabalhadores da iniciativa privada e os servidores federais, assim como a PEC Paralela também prejudicará os servidores municipais, estaduais e serviço público. Exigimos a revogação da primeira e a derrota da segunda, até que as reformas atendam à necessidade da classe trabalhadora de uma aposentadoria decente que garanta uma velhice digna para todos os aposentados e aposentadas.

CONFETAM CUT

CONFEDERAÇÃO DOS(AS) TRABALHADORES(AS) NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL

FEDERAÇÕES E SINDICATOS FILIADOS

Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal / CUT
SCS, Quadra 01, Bloco "I", Edifício Central | 6º Andar CEP 70.304-900 Brasilia - DF
Fone: (61) 3105 4000 | confetam.org.br | fb.com/confetam

folder.indd 16 17/12/2019 18:37:37